



SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) Nº 45, DE 2021

(nº 495/2021, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor LUÍS FERNANDO DE CARVALHO, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Haiti.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- [Texto da mensagem](#)



[Página da matéria](#)

MENSAGEM Nº 495

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação do Senhor **LUÍS FERNANDO DE CARVALHO**, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Haiti.

As informações relativas à qualificação profissional do Senhor **LUÍS FERNANDO DE CARVALHO** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 5 de outubro de 2021.

Brasília, 1 de Outubro de 2021

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **LUÍS FERNANDO DE CARVALHO**, ministro de segunda classe da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil na República do Haiti, por período não superior a 5 (cinco) anos consecutivos.

2. O atual ocupante do cargo, **MARCELO BAUMBACH**, deverá ser removido no contexto da renovação periódica das chefias das Missões Diplomáticas brasileiras, prevista no art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006.

3. Encaminho, anexas, informações sobre o país e curriculum vitae de **LUÍS FERNANDO DE CARVALHO** para inclusão em Mensagem que solicito ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Carlos Alberto Franco França



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria-Geral

OFÍCIO Nº 825/2021/SG/PR/SG/PR

A Sua Excelência o Senhor
Senador Irajá
Primeiro Secretário
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria a Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor LUÍS FERNANDO DE CARVALHO, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Haiti.

Atenciosamente,

LUIZ EDUARDO RAMOS
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral
da Presidência da República



Documento assinado com Certificado Digital por **Luiz Eduardo Ramos Baptista Pereira, Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República**, em 06/10/2021, às 17:27, conforme horário oficial de Brasília, com o emprego de certificado digital emitido no âmbito da ICP-Brasil, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).
Nº de Série do Certificado: 22791



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **2934113** e o código CRC **53E0737B** no site:

https://sei-pr.presidencia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00001.007701/2021-01

SEI nº 2934113

Palácio do Planalto - 4º andar sala 402 — Telefone: (61)3411-1447

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE LUÍS FERNANDO DE CARVALHO

CPF: 11212864883

ID: 19549605 SSP/SP

1969 Nascido em São Paulo/SP

Dados Acadêmicos:

1992 Graduação em Direito pela Universidade de São Paulo
1994 Especialização em Política Internacional pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo
1999 PROFA-I - IRBr
2006 CAD - IRBr
2013 CAE, IRBr, com a tese "O Recrudescimento do Nacionalismo Catalão e suas Consequências: Estudo de Caso sobre o Lugar da Nação no Século XXI"

Cargos:

1997 Terceiro-secretário
2003 Segundo-secretário
2007 Primeiro-secretário
2010 Conselheiro
2017 Ministro de segunda classe

Funções:

1999-00 Instituto Rio Branco, chefe, substituto, da Secretaria do Instituto Rio Branco
2000-01 Divisão de Visitas do Cerimonial, assistente
2001-04 Consulado-Geral em Los Angeles, terceiro-secretário
2004-07 Embaixada em Pequim, segundo-secretário
2007-09 Embaixada em Tóquio, segundo e primeiro-secretário
2009-11 Assessoria de Imprensa do Gabinete, assistente, coordenador e assessor técnico
2011-15 Embaixada em Madri, conselheiro
2015-16 Escritório de Representação em Ramalá, ministro-conselheiro comissionado
2017-18 Gabinete do Ministro de Estado, assessor
2018-20 Delegação Permanente junto a FAO, FIDA e PMA, ministro-conselheiro
2020- Consulado-Geral do Brasil em San Francisco, ministro-conselheiro

Publicações:

2016 O Recrudescimento do Nacionalismo Catalão. Estudo de caso sobre o lugar da nação no século XXI. Fundação Alexandre de Gusmão

Condecorações:

2001 Ordem do Mérito Brasília
2010 Ordem do Rio Branco, Oficial
2010 Medalha do Pacificador do Exército Brasileiro
2018 Ordem do Mérito da Defesa

JOÃO AUGUSTO COSTA VARGAS

Chefe da Divisão do Pessoal

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
SECRETARIA DE NEGOCIAÇÕES BILATERAIS E REGIONAIS NAS
AMERICAS
DEPARTAMENTO DE MEXICO, CANADÁ, AMERICA CENTRAL E CARIBE
DIVISÃO DE CANADÁ E DE CARIBE



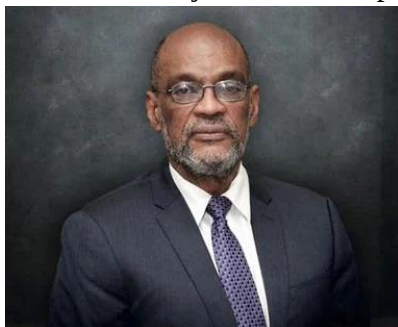
FICHA PAÍS
HAITI



OSTENSIVO
SETEMBRO 2021

PERFIS BIOGRÁFICOS

Ariel Henry. Primeiro-ministro. Político e neurocirurgião haitiano, nasceu em 6 de novembro de 1949. Vem atuando como primeiro-ministro e presidente interino do Haiti desde 20 de julho de 2021, substituindo Claude Joseph. Foi nomeado primeiro-ministro em 5 de julho de 2021 pelo presidente Jovenel Moïse, dois dias antes de seu assassinato.



Assumiu efetivamente o cargo em 20 de julho de 2021. Henry é filiado ao Inite (partido de centro-esquerda e social-democrata). Atuou como Ministro do Interior e das Comunidades Territoriais em 2015 e Ministro dos Assuntos Sociais e do Trabalho durante o governo Martelly. Henry estudou neurofisiologia e neuropatologia na faculdade de medicina da Universidade de Montpellier de 1981 a 1984, e apresentou sua tese de doutorado em janeiro de 1982. Também fez pós-doutorado em "métodos de gestão para saúde internacional" na Universidade de Boston (1990).



Dr. Claude Joseph. Ministro de Negócios Estrangeiros e de Culto. Claude Joseph ocupa o cargo de ministro de Negócios Estrangeiros e de Culto desde 5 de março de 2020. Em 14 de abril de 2021, após a renúncia de Joseph Jouthe, assumiu interinamente também o cargo de Primeiro-Ministro do Haiti. Antes de assumir como ministro, atuou como Encarregado de Negócios na Espanha, onde se destacou no campo da cooperação internacional. Joseph é doutor em políticas públicas pela The New School de Nova York e trabalhou como professor universitário nos Estados Unidos. Antes de ingressar na diplomacia, lecionou na University of Connecticut e na Long Island University. Ele fala creole, francês, espanhol e inglês.

POLÍTICA INTERNA

Eleições de 2015: histórico e vitória de Jovenel Moïse

As eleições gerais de 2015 seriam as primeiras do governo Michel Martelly (2011-2016) e marcariam o retorno do Haiti à ordem constitucional e democrática. O parlamento encontrava-se disfuncional desde janeiro daquele ano, por expiração dos mandatos parlamentares. O presidente Martelly governava por decreto e o Conselho Eleitoral Provisório (CEP) havia aprovado o seguinte calendário tentativo: 1º turno das eleições legislativas (9/8); 2º turno das eleições legislativas, 1º turno das presidenciais e turno único das municipais e locais (25/10); 2º turno das presidenciais (27/12).

Cerca de 5,8 milhões de eleitores, mais da metade da população, foram chamados às urnas para escolher novos deputados e senadores, além de 140 prefeitos. As eleições representavam enorme desafio para as forças de segurança que operavam no Haiti, tendo sido necessária montagem de forte esquema de segurança, com a participação da Polícia Nacional do Haiti (PNH) e da Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH), que auxiliaram na distribuição de material eleitoral em todo o país e que estavam prontos para intervir.

As votações ocorreram de forma regular e pacífica. Problemas de logística, irregularidades e episódios de violência foram registrados em poucos centros de votação e foram controlados pela PNH sem necessidade de intervenção da ONU. Os resultados provisórios contribuíram, contudo, para o aumento da instabilidade política e grande número de partidos interpôs recursos que atrasaram a divulgação dos resultados oficiais, contribuindo para o aumento de denúncias de fraude eleitoral.

Posteriormente, verificaram-se episódios de violência em todo o país, sobretudo na capital Porto Príncipe, que obrigaram o Conselho Eleitoral Provisório a adiar o segundo turno presidencial. Uma Comissão de Avaliação Eleitoral (CEEI), especialmente designada para apurar as denúncias de fraude, optou por anular todo o pleito presidencial. Missões de observadores internacionais da OEA e da União Europeia atestaram a normalidade das eleições haitianas. A UE declarou que as eleições haviam transcorrido conforme as normas internacionais e que as irregularidades encontradas não comprometiam o resultado.

Faltando menos de 24 horas para o término do prazo constitucional do mandato do presidente Martelly, foi finalmente possível obter acordo entre os poderes Executivo e Legislativo, com vistas à continuidade institucional, ameaçada pela inexistência de um presidente-eleito. O Acordo Político de 5/2/2016 foi assinado pelos presidentes da República, Senado e Câmara dos Deputados e estabeleceu a seguinte sequência de atos: a) na Assembleia Nacional, no dia 7/2, o presidente da República se dirigiria à nação para comunicar o fim de seu mandato e a ausência de um presidente-eleito; b) o Conselho de Ministros, presidido pelo primeiro-ministro, governaria até a posse do novo presidente; c) em cinco dias, a Assembleia Nacional escolheria um presidente interino, que governaria durante 120 dias; d) o presidente interino realizaria consultas com diversos atores para a escolha de um novo primeiro-ministro; f) o presidente interino cuidaria da reorganização do Conselho Eleitoral Provisório responsável por organizar novas eleições, em abril de 2016.

A Assembleia Nacional cumpriu o estabelecido no Acordo Político e elegeu o presidente do Senado, Jocelerme Privert, para ocupar provisoriamente a presidência da República. Como não houve tempo para reorganizar todo o processo eleitoral, senadores

da base de apoio a Privert defenderam a sua permanência no cargo, até que a Assembleia Nacional decidisse sobre o Acordo de 5/2. Com apoio de metade do Senado, Privert permaneceu no cargo à espera e na esperança de que as últimas negociações parlamentares prorrogassem seu mandato até a posse de um presidente eleito.

O Core Group, que se reunira com o presidente interino Jocelerme Privert diversas vezes durante a crise, pronunciou-se para pedir ao parlamento haitiano que assegurasse a continuidade institucional e evitasse vácuo de poder.

No dia 20/7/2016, mesmo sem definição parlamentar sobre a extensão de seu mandato, Privert assinou decreto convocando eleições legislativas parciais e presidenciais, em dois turnos, para os dias de 9/10/2016 e 8/1/2017. O presidente-eleito assumiria na data constitucional de 7/2/2017.

Em 4/10/2016, apenas cinco dias antes do primeiro turno, o furacão Matthew, de categoria 5, devastou a península sul do Haiti. Além de causar centenas de vítimas fatais e feridos, o furacão destruiu 30% da infraestrutura eleitoral, centros de votação, sedes dos tribunais eleitorais e delegacias de polícia, o que tornou inevitável o adiamento das eleições. O Conselho Eleitoral Provisório (CEP) anunciou, então, novas datas: 20/11/2016 para o primeiro turno das eleições presidenciais e segundo turno das legislativas parciais; e 29/1/2017 para o segundo turno presidencial, se houvesse.

No dia 3/1/2017, o CEP confirmou nova vitória de Jovenel Moïse (PHTK), em primeiro turno, com 55,6% dos votos (590.927), seguido de Jude Célestin (LAPEH, 19,5%), Jean-Charles Moïse (P'tit Dessalines, 11%) e Maryse Narcisse (Fanmi Lavalas, 9%), candidatos que nunca reconheceram a vitória de Moïse. Em 7/2/2017, Jovenel Moïse tomou posse como o 58º presidente do Haiti.

Governo Moïse

Com a posse do presidente Moïse, em fevereiro de 2017, concluiu-se longo e intermitente processo eleitoral no Haiti, iniciado em 2015. Objeto de sucessivos adiamentos, o processo não só sofreu com a reconfiguração do calendário eleitoral, mas também foi afetado pela passagem do furacão Matthew em 2016 – pior desastre natural desde o terremoto de 2010.

Desde a assunção de Moïse, o cenário político haitiano tem sido marcado por crises e grave instabilidade, que resultaram na queda de diversos primeiros-ministros. Apesar de ter contado com maioria em ambas as casas legislativas, Moïse não conseguiu manter e operar tal maioria, em face do histórico de grande fluidez nas alianças políticas no Haiti.

Moïse vinha sendo confrontado pelo desafio de manter o equilíbrio político no país. Vários fatores contribuíram para a crise política. O baixo índice de consecução das promessas de campanha e o alegado envolvimento com esquema de corrupção foram algumas das causas do sentimento de insatisfação crescentes na sociedade haitiana.

Assassinato de Moïse e governo interino de Ariel Henry

Jovenel Moïse, cada vez mais isolado em meio a uma crise econômica e securitária que se agravava, acabou por ser assassinado em 7 de julho de 2021. Embora tenha ficado imediatamente evidente o protagonismo de grupo de mercenários colombianos no assassinato, as investigações foram desde o início tumultuadas e pouco transparentes, com multiplicação de hipóteses e trocas frequentes e inexplicadas de

comando. Tal situação faz com que, em setembro de 2021, três meses após o ocorrido, não se tenha chegado a conclusões definitivas sobre os mandantes do crime ou até mesmo sobre quem efetivamente efetuou os disparos que mataram o Presidente.

Já a partir do assassinato, a sucessão presidencial foi intensamente contestada, com diversos candidatos ao posto de Chefe de Estado. Joseph Lambert, Presidente do que resta do Senado haitiano (apenas 10 dos 30 senadores), foi pelo grupo proclamado como presidente provisório, mas não conseguiu suficiente apoio a sua investidura. Na segunda quinzena de julho, após negociações intensas, o primeiro-ministro interino Claude Joseph concordou em renunciar em favor de Ariel Henry, que fora nomeado em 5 de julho como sétimo Primeiro-Ministro do governo Moïse, apesar de nunca empossado.

O novo Primeiro-Ministro passou a ter como tarefa principal a organização de eleições, no mais curto prazo possível. Precisa também promover a restauração da autoridade do Estado e o restabelecimento de clima de segurança em todo o território, o que passa pelo apoio técnico e material à Polícia Nacional do Haiti (PNH), que atualmente não tem condições de cumprir sua função de garantidora da ordem e segurança.

Paralelamente, persistem as dificuldades para a conclusão de processo ordeiro e legítimo de passagem do poder, e agrava-se o quadro de aguda insegurança e gradual perda de controle por parte do poder estatal. O Estado haitiano, com limitados recursos e pressionado pelo crescente poder das cada vez mais ousadas e pesadamente armadas quadrilhas e gangues, foi profundamente afetado pelo magnicídio.

Apesar do cenário desfavorável, em 11 de setembro corrente o Primeiro-Ministro Ariel Henry logrou o feito de reunir algumas organizações há até pouco tempo irreduzíveis em torno de um acordo político para a formação de novo governo de coalizão, que visa a permitir a condução dos assuntos de Estado durante o período provisório ora em curso. O acordo contém plataforma política que visa a atender reivindicações e recomendações dos vários setores da vida nacional.

O próximo passo após a assinatura do acordo deverá ser a formação de novo governo de consenso. O país será governado pelo Conselho de Ministros, sob a liderança de Ariel Henry, sem a figura de um Presidente da República. O acordo prevê também, dentre outros pontos, a integração da diáspora na formação de um novo Conselho Eleitoral Provisório (CEP), a condução dos julgamentos da PetroCaribe e dos massacres de La Saline, Bel-Air e Delmas 32. A substituição do atual CEP, alvo de acerbas críticas por parte de todo o espectro político, é, como se sabe, condição indispensável para o prosseguimento do calendário eleitoral, que já sofre atrasos comprometedores.

Em paralelo, o Comitê Consultivo Independente entregou no começo de setembro ao PM nova versão do Projeto de Constituição, o que recolocou sobre a mesa a possibilidade da mudança constitucional que era um dos principais projetos do Presidente assassinado em julho. As crises políticas cíclicas são em parte atribuídas a uma constituição que torna complexo o processo político e cria ambiente propício a sucessivos impasses que afetam a capacidade de ação do governo.

O Primeiro-Ministro conseguiu que seu novo pacto político fosse subscrito por forças importantes da oposição, como o Setor Democrático e Popular de André Michel (agrupamento importante que congrega entre outros RDNP e Lavalas), o Fusion, de Rosemond Pradel, o INITE de Sorel Jacinthe, e a influente frente opositora DIRPOD. O

Acordo permanece aberto à adesão de outros partidos e agrupamentos, mas, embora tenha sido passo importante no sentido de um entendimento político amplo, dele ainda estão ausentes forças políticas de peso, como AAA, MTVAyiti e En Avant.

Polícia Nacional do Haiti (PNH)

A PNH conta com pouco mais de 15 mil efetivos, número ainda distante do ideal para um país com pouco mais de 11 milhões de habitantes. Mesmo com os avanços verificados, permanecem os desafios de consolidar a eficiência da PNH; garantir recursos para aquisição de equipamentos mais modernos e seguros; e melhorar as condições de trabalho dos agentes de segurança.

A oposição alega que a PNH estaria sendo usada pelo governo para “aterrorizar” a população e impedir protestos legítimos. Mídias sociais e parte da imprensa buscam imputar à PNH toda sorte de crimes. Tal onda de rumores prejudica a credibilidade da PNH e aumenta os riscos para a força policial, submetida também a atos de violência.

Segundo a Comissão Nacional de Desarmamento Desmobilização e Reinserção, diversas gangues, compostas em sua maioria por jovens, estariam em atividade no Haiti, possuindo mais de 600 mil armas de fogo. Tais números evidenciam o tamanho da crise de segurança pública vivida no país, onde criminosos se veem como líderes comunitários.

Registram-se, com frequência, bloqueios nas principais rodovias de integração nacional, extorsões e roubos de cargas. Segundo dados das Nações Unidas, desde 2020, em meio à pandemia, registrou-se aumento de mais de 200% no número de sequestros, que afetam todas as classes sociais. As zonas controladas por grupos criminosos encontram-se, nesse contexto, virtualmente isoladas do restante do país.

Breve histórico das crises política e econômica

Desde 2018, verifica-se, no Haiti, crescente desassossego social e político com o governo, inclusive com reflexos na base aliada. Nesse quadro de descontentamento, o anúncio realizado pelo governo de aumento no preço de combustíveis desencadeou, naquele ano, violentos protestos. Os distúrbios culminaram com o pedido de demissão do então primeiro-ministro Lafontant.

O clima geral de insatisfação agravou-se ao longo de 2018 diante da incapacidade do governo de cumprir promessas de campanha, tais como geração de empregos, eletrificação do país e promoção de investimentos. Além disso, a divulgação de altos gastos com a manutenção de autoridades do executivo e do legislativo agravou a instabilidade política do país e motivou a mobilização popular.

A divulgação de casos de corrupção no país ensejou a realização de diversas manifestações, merecendo destaque o movimento congregado sob o mote “#PetroCaribeChallenge”, contrário à iniciativa venezuelana de cooperação na área energética.

Em janeiro de 2019, a Corte Superior de Contas (equivalente ao Tribunal de Contas da União) divulgou relatório sobre a gestão de fundos do programa Petrocaribe no Haiti, da ordem de US\$ 675 milhões, cobrindo três mandatos presidenciais: René Préval (2006/11); Michel Martelly (2011/16, quando foi realizada a maioria dos contratos sob suspeita); e Jocelerme Privert (2016/17). O relatório limitou-se a manter nomes de possíveis implicados, que já haviam sido incluídos no relatório da Comissão

de Combate à Corrupção do Senado, inclusive o nome do presidente Jovenel Moïse, então titular da empresa Agritrans. Em maio de 2019, foi divulgado outro relatório com irregularidades em contratações realizadas por diferentes entidades públicas, entre elas o Ministério de Obras Públicas, Transportes e Comunicações (MTPTC) e o Fundo de Assistência Econômica e Social (FAES).

A situação política do Haiti vem-se degenerando desde julho de 2018, quando a tentativa do governo de promover acentuado reajuste dos preços dos combustíveis provocou protestos violentos que desembocaram no chamado “Peyi lòk”, greve geral prolongada que tinha por objetivo central forçar a renúncia do então Presidente Jovenel Moïse.

Embora o movimento não tenha logrado depor o Presidente, teve como resultado o enfraquecimento de Moïse, que desde então encontrava-se na defensiva, acossado pelas denúncias de corrupção e má gestão. A maré política começava a mudar em seu favor, entretanto, já que, em janeiro de 2020, com o término do mandato de dois terços dos Senadores e da totalidade da câmara dos Deputados, sem que fossem realizadas eleições, passara a governar por decreto, livre de efetiva supervisão.

Em março daquele ano, Joseph Jouthe foi nomeado Primeiro-Ministro, mas, ao não ser aprovado pelo Congresso, sua legitimidade, assim como a dos anteriores nomeados por Moïse, não foi reconhecida pela maior parte das forças políticas. Ademais, na ausência de Parlamento funcional, o Chefe de Estado passou a ser combatido pelo que se percebeu como uma deriva autoritária e por supostamente buscar impor seu projeto de Constituição haitiana a ser aprovada por referendo, no intuito de aumentar seus próprios poderes.

Na inexistência de um Conselho Constitucional, de um Conselho Eleitoral Permanente e de um Senado funcional, criou-se polêmica quanto à data do fim do mandato de Jovenel Moïse. Eleito em 2016 e empossado em 7 de fevereiro de 2017, julgava que o mandato constitucional de cinco anos o credenciava a permanecer até 7 de fevereiro de 2022, mas a oposição passou a pressionar por sua saída um ano antes (em 7 de fevereiro de 2021), alegando que o início do mandato presidencial teria sido determinado, na verdade, pela data das primeiras eleições, em 2015, apesar do fato de que tenham sido anuladas.

Efetivamente, em 7/2/2021, o Conselho Superior da Magistratura declarou o fim do mandato presidencial, o que foi denunciado por Moïse como tentativa de golpe de Estado. A oposição tentou nomear o Juiz Joseph Mécène Jean-Louis como presidente interino, mas o governo conseguiu manter-se, e, em reação, determinou a aposentadoria de juízes dissidentes. Por meio de decreto, foram designados os substitutos dos três juízes “aposentados” compulsoriamente. A aposentadoria compulsória de juízes da mais alta Corte do país foi classificada como ilegal e inconstitucional, além de atentar contra a separação de poderes no Haiti. A medida expôs, ainda, as consequências do vácuo institucional decorrente da inoperância do Parlamento haitiano, detentor da prerrogativa de convocar a Alta Corte de Justiça, que é a única instância capaz de deliberar a respeito de medidas envolvendo magistrados da Corte Suprema. Igualmente, a designação dos três substitutos para a Corte dependeria da indicação prévia do Senado (órgão no qual somente estão preenchidos dez dos trinta assentos).

Persiste portanto o risco de que não ocorra um consenso mínimo no seio da sociedade haitiana que viabilize a realização de eleições em 2021, podendo haver vazio de poder no Haiti a partir de fevereiro de 2022.

Quadro sanitário

O sistema de saúde no Haiti sofre com profundas carências. De acordo com dados levantados pela “*Pesquisa sobre Mortalidade, Morbidade e Utilização de Serviços*” (EMMUS-VI), apenas 41% das crianças até 2 anos receberam vacinas de base; 39% dos partos são realizados em estabelecimento de saúde, sendo 42% com assistência de um profissional; e 2% dos pesquisados estão contaminados pelo vírus HIV. Na área de saúde pública, 74% das famílias têm acesso à água potável e 41% à eletricidade; 31% das casas possuem instalações sanitárias.

O quadro tende a agravar-se com a retirada da ajuda internacional, como verificado no caso do fechamento de dois dos seis hospitais geridos pelos Médicos Sem Fronteiras (MSF) no Haiti. A diminuição da participação dos principais parceiros do Haiti em projetos para o fortalecimento do sistema de saúde constitui fonte de preocupação. Dadas as limitações orçamentárias, dificilmente o governo haitiano conseguirá assumir todos os custos envolvidos.

Covid-19

Em 19 de março de 2020, o presidente Jovenel Moïse anunciou os primeiros casos de covid-19 no Haiti. Por decreto, Moïse estabeleceu estado de urgência sanitária e determinou diversas medidas de restrição ao movimento de pessoas, entre elas o fechamento imediato, a partir do dia seguinte, dos portos e dos aeroportos do país, para passageiros, enquanto o transporte de cargas continuou operando normalmente. Escolas, universidades e fábricas tiveram suas atividades suspensas.

O impacto das medidas governamentais sobre o cotidiano do povo foi muito limitado, desde o início. Foi difícil para o governo cumprir grande parte das medidas anunciadas, como o fornecimento de insumos hospitalares e medicamentos, o distanciamento social e o toque de recolher, das 20h às 05h. O tráfego nas cidades não chegou a ser efetivamente restringido, e a maioria dos estabelecimentos comerciais, bem como a totalidade dos vendedores ambulantes, seguiram em atividade normal.

Em atenção às necessidades dos brasileiros que foram isolados na região pelas medidas restritivas, foi realizado, em 3 de junho de 2020, voo oficial humanitário de repatriação de brasileiros, operado pela companhia COPA Airlines. O voo, fretado pelo Governo brasileiro, partiu de Havana e recolheu em Porto Príncipe 19 cidadãos brasileiros, tendo como destino final o aeroporto de Guarulhos. Em coordenação com o Ministério de Assuntos Estrangeiros e de Culto e do Departamento de Imigração do Haiti, a equipe da Embaixada do Brasil solucionou previamente questões documentais, e os processos de registro, embarque e decolagem transcorreram tempestivamente e sem imprevistos.

Para a concretização da repatriação, foi fundamental a coordenação entre as Embaixadas do Brasil em Porto Príncipe e em Havana, da qual se originou o voo. Em contexto de riscos sanitários e entraves burocráticos, a atuação coordenada permitiu que os cidadãos brasileiros pudessem retornar, em segurança, ao seu país de origem.

Apesar de ter sofrido intensamente as consequências econômicas e sociais da pandemia, o Haiti foi, segundo os dados oficiais, relativamente poupado de seus efeitos mais severos em termos de óbitos. Em 12 de setembro de 2021, enquanto nos outros países da região as vítimas fatais contavam-se aos milhares (apenas na vizinha

República Dominicana, eram mais de 4 mil mortos), as informações públicas indicavam no Haiti apenas 595 mortes entre os 113.815 casos confirmados.

Apesar do aparentemente mitigado impacto da pandemia de Covid-19 no Haiti, são mínimas as condições sanitárias no país. Um efeito colateral da pandemia tem sido a redução significativa na prestação de serviços de saúde, seja pela recusa em receber pacientes, seja pelo receio da população em valer-se das unidades de atendimento, pelo receio de contaminação e pelo medo dos episódios de violência associados à criminalidade organizada.

O Haiti decidiu reabrir seus aeroportos internacionais em junho de 2020. Aos passageiros provenientes do exterior somente é exigido exame negativo (que pode ser do tipo antígeno ou RT-PCR), realizado 72 horas antes da chegada ao país. A grande maioria da população parece indiferente às medidas preventivas, muito embora o uso de máscaras e o distanciamento social sejam observados em repartições públicas, aeroportos, hotéis e estabelecimentos comerciais de maior porte.

Ciente da subnotificação, que se mantém significativa, o Ministério da Saúde Pública e da População (MSPP) tem-se esforçado para ampliar o número de unidades de saúde que oferecem exames de covid-19, sobretudo do tipo PCR, e ampliar a distribuição de exames do tipo antígeno. O Haiti já teria apresentado, por meio da plataforma COVAX, seu programa nacional de vacinação, mas a carência de vacinas é quase completa. Em 9/9, apenas 0,3% da população (36,5 mil pessoas) havia recebido a primeira dose e apenas 0,1% (14,3 mil pessoas), a segunda dose. Segundo a OMS/OPAS, estima-se que os países desenvolvidos alcancem a imunidade ampla da população até o final de 2021. Países de menor desenvolvimento relativo, como o Haiti - um dos últimos a iniciar as negociações com o COVAX - chegariam a essa meta apenas em 2023.

RELAÇÕES COM O BRASIL

Na última década, a política externa do Brasil em suas relações bilaterais com o Haiti esteve concentrada: (i) no apoio à reconciliação política nacional, coordenada no âmbito do Core Group; (ii) na política migratória especial para cidadãos haitianos; (iii) na participação na Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH) e na Missão das Nações Unidas para o Apoio à Justiça no Haiti (MINUJUSTH); (iv) na prestação de assistência humanitária; e (v) na cooperação técnica.

No plano institucional, o Brasil apoia, através da atuação do Core Group de embaixadores residentes em Porto Príncipe, a reconciliação política entre os principais atores da sociedade haitiana.

Imigração haitiana para o Brasil

Em razão do terremoto em 2010, o Brasil tem adotado, desde 2012, política migratória especial de caráter humanitário para haitianos. Além disso, mais de 43 mil haitianos que ingressaram irregularmente em território nacional pela fronteira da Bolívia com o Acre tiveram sua situação regularizada em 2015. O saldo estimado de haitianos com situação migratória regular no Brasil é de cerca de 120 mil pessoas.

A Resolução Normativa CNIg 97, de 12/01/2012, tratou da regulamentação da concessão de visto humanitário a nacionais haitianos com fundamento na crise humanitária desencadeada pelo terremoto de 2010. Composta somente de cinco artigos, a Resolução trazia, no parágrafo único do artigo 2, uma condição de relevo para a concessão do benefício: “Art. 2o. O visto disciplinado por esta Resolução Normativa tem caráter especial e será concedido pelo Ministério das Relações Exteriores. Parágrafo único. Poderão ser concedidos até 1.200 (mil e duzentos) vistos por ano, correspondendo a uma média de 100 (cem) concessões por mês, sem prejuízo das demais modalidades de vistos previstas nas disposições legais do País.”

O limite de 1.200 vistos humanitários foi entretanto revogado pela Resolução CNIg 102, de 26/04/2013. A Resolução 97/2012 foi prorrogada, pelos quatro anos seguintes e sem qualquer menção ao limite original, pelas Resoluções CNIg 106/2013, 113/2014, 117/2015 e 123/2016.

Em 2017, entraram em vigor a nova Lei de Migração - Lei 13.445/17 - e o Decreto 9.199/17, que regula a referida lei. A mudança no marco legal implicou alteração no regime de concessão de vistos e criou categoria específica de visto temporário para acolhida humanitária, o Visto Temporário III (VITEM III). A emissão, pelo Itamaraty, de vistos permanentes para fins humanitários a cidadãos haitianos encontrava-se amparada pela Resolução Normativa do Conselho Nacional de Imigração (CNIg) nº 97, que vigorou até 30.10.2017. Em 6.4.2018, foi aprovada a Portaria Interministerial nº 10, que permitiu a manutenção da política migratória de acolhida humanitária em território brasileiro de cidadãos haitianos e apátridas residentes no Haiti. A Portaria Interministerial 10 ampliou abrangência do regulamento anterior para tratar não somente da concessão do visto, mas também das condições de autorização de residência e da acolhida humanitária de modo geral. A Portaria Interministerial 10/2018 foi substituída, praticamente sem alterações, pela Portaria 12, de 20/12/2019 e pela Portaria 13, de 16/12/2020, atualmente em vigor.

Nos anos seguintes à revogação do limite de 1.200 vistos anuais estabelecido na Resolução Normativa 97/2012 CNIg, a concessão de Vitem-III manteve-se por volta dos dois mil vistos anuais, até marcar significativa ascensão em 2018 (2.928 vistos) e 2019 (5.463 vistos). Em 2020, dos 6.422 vistos concedidos pela Embaixada do Brasil no Haiti, 5.381 foram Vitem III, cerca de 83% do total e mais de 4 vezes o limite inicial estabelecido pelo legislador em 2012. Tal marca, vale observar, foi atingida a despeito da pandemia de Covid-19, que limitou fisicamente a emissão dos documentos. Até maio de 2021, o total acumulado foi de 2.361 vistos, indicando a repetição do padrão estabelecido nos anos anteriores.

Segundo o relatório Obmigra 2020, do Ministério da Justiça, avalia-se o fluxo total de migração haitiana para o Brasil, na última década, em cerca de 120 mil pessoas, dado que assume importância adicional se considerarmos que a população do Haiti é estimada em cerca de 11 milhões de pessoas.

O estabelecimento da comunidade haitiana no Brasil, seja por meio de obtenção de visto humanitário, seja por imigração ilegal posteriormente regularizada (por exemplo, conforme o art. 5 da PI 13 de 16/12/2020), tende a desencadear significativo fluxo migratório de reunião familiar (Vitem XI), em números crescentes, paralelamente ao fluxo originário da concessão de Vitem III, nos termos do art. 14 da Lei 13.445/17. A Embaixada já é o maior emissor de vistos de toda a Rede Consular Brasileira. Os dados indicam, ainda, que a demanda por vistos tipo Vitem III e XI tende ao crescimento acelerado nos próximos anos.

Para fazer frente à crescente demanda, foi necessário promover a readequação da estrutura da Embaixada do Brasil no Haiti e dos procedimentos de trabalho, para processar o fluxo crescente de Vitem III e Vitem IX e a demanda por legalizações. A adoção do e-consular, bem como o emprego da DHL e FEDEX em substituição ao atendimento presencial, foram medidas tomadas pela Embaixada que prometem dinamizar significativamente a atuação do setor consular.

A Embaixada procedeu, em 2020, às negociações que culminaram com a renovação do acordo com a OIM para a continuação dos trabalhos do escritório daquela organização (BVAC), responsável pela recepção e triagem inicial dos documentos dos pedidos de visto. A atuação do BVAC é indispensável à manutenção do alto rendimento do setor consular da Embaixada.

Os vistos temporários de acolhida humanitária para cidadãos haitianos e apátridas residentes no Haiti são concedidos exclusivamente pela Embaixada em Porto Príncipe, e seu portador deve registrar-se em 90 dias, após ingresso em território nacional, junto à PF. A política de vistos para haitianos criou vínculo permanente entre o Brasil e o Haiti, ao contribuir para o surgimento de uma comunidade haitiana no Brasil e de uma nova geração de filhos brasileiros de haitianos.

Cooperação técnica

A cooperação entre Brasil e Haiti está amparada pelo Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica, promulgado em 2004. Desde então, o Haiti tem sido um dos países prioritários para a cooperação técnica brasileira.

De 2004 a 2009, foram realizadas diversas ações no âmbito da cooperação técnica para o desenvolvimento, mas foi a partir de 2010, em razão do terremoto que assolou o país, que o Haiti passou a contar com uma das mais expressivas carteiras de

projetos da Agência Brasileira de Cooperação (ABC). Realizaram-se ações nas áreas de agricultura familiar, direitos humanos, esportes, recuperação de infraestrutura, saúde, segurança alimentar, segurança, entre outras.

Entre os projetos desenvolvidos, destaca-se o de fortalecimento da autoridade sanitária do Haiti (projeto-saúde), assinado em 2010. No âmbito desse projeto, foram realizadas as seguintes ações: (i) construção de três Hospitais Comunitários de Referência (Dra. Zilda Arns, em Bon Repos; Dr. Ary Bordes, em Beudet; e Dr. Raoul Pierre, em Carrefour), reforma de outras unidades de saúde e aquisição de 30 ambulâncias; (ii) pagamento de bolsas para a formação de recursos humanos (formaram-se 1.500 agentes comunitários); e (iii) fortalecimento do sistema de vigilância epidemiológica e do Programa Haitiano de Imunização e comunicação e informação em saúde (foram construídos três depósitos de vacinas, em Fort Liberté, em Port de Paix e em Jérémie, e doadas quantidades significativas de vacinas).

Em continuidade à cooperação tripartite para fortalecimento da autoridade sanitária do Haiti, foi assinado o projeto Reforço da Gestão dos Serviços e do Sistema de Saúde no Haiti, financiado com recursos do Fundo de Reconstrução do Haiti (FRH) e orçado em US\$ 20 milhões. O projeto visava a dar continuidade ao anterior, com a manutenção de três Hospitais Comunitários de Referência (HCR) e do Instituto Haitiano de Reabilitação, além de fortalecer a gestão e a governança na saúde pública haitiana, bem como finalizar a transferência da administração dos HCR para o Haiti. Estima-se que sua conclusão demande ainda um ano, e assume significação especial para a população haitiana em meio à atual pandemia da covid-19.

Por sua vez, o projeto Centro de Formação Profissional Brasil-Haiti, também financiado com recursos do FRH, com contribuição brasileira no valor de US\$ 17 milhões, é resultado da parceria da ABC com o SENAI e o PNUD. Em maio de 2020, a ABC reuniu-se com as referidas entidades para discutir ajustes ao projeto, especialmente em face dos impactos causados pela instabilidade política no Haiti e a crise sanitária decorrente da pandemia de Covid-19. Aventou-se a possibilidade de extensão do prazo de vigência do projeto, o que dependeria de manifestação do Comitê Gestor do FRH.

Nesse contexto, a Embaixada em Porto Príncipe realizou gestões para tratar da extensão do prazo do projeto. Igualmente, embaixadas junto às capitais dos países doadores do FRH realizaram gestões visando à extensão do referido prazo. Nas gestões, foram ressaltados os seguintes aspectos: 1) disponibilidade de recursos financeiros (US\$ 10,4 milhões); 2) necessidade de reformulação dos treinamentos (originalmente previstos na modalidade presencial); 3) vinculação entre o componente de capacitação técnica e a disponibilidade de infraestrutura física; e 4) histórico positivo da cooperação técnica brasileira na implementação de escolas vocacionais, com a formação de recursos humanos para posterior gestão administrativa dos centros.

Finalmente, logrou-se aprovar a extensão “sem custos” do FRH e a extensão por dois anos dos projetos “Centro de Formação Profissional Brasil-Haiti” e “Reforço da Gestão dos Serviços e do Sistema de Saúde do Haiti”, de acordo com a decisão unânime do Comitê Gestor em reunião de 30/11. O projeto já atingiu a fase da capacitação de gestores e instrutores dos futuros centros, mediante plataforma de ensino à distância desenvolvida em 2020, especialmente para o projeto, pelo SENAI/Brasil.

Outros projetos ou propostas, com orçamentos de menor monta, vêm sendo negociados pela ABC com o Haiti.

Cooperação em defesa

A cooperação na área de engenharia militar, concebida em 2013 e consubstanciada no Ajuste Complementar em Engenharia Militar (2014), previa a designação e envio de militares brasileiros ao Haiti e a vinda de haitianos ao Brasil para receber treinamentos. Após consultas ao Ministério da Defesa, estimou-se que não haveria possibilidade de atender às solicitações haitianas no curto prazo, particularmente no que diz respeito ao acordo sobre engenharia militar.

Além da implementação do ajuste complementar, autoridades haitianas têm solicitado apoio para o processo de remobilização das Forças Armadas do Haiti, bem como doações de equipamentos militares. O cerne da questão, no entanto, parece ser a preocupação de que eventual reaparelhamento das Forças Armadas haitianas possa reanimar ânimos golpistas dos períodos Duvalier (Papa Doc) e Jean-Bertrand Aristide.

Assistência para combate à covid-19

Também no combate à covid-19, o Brasil mostrou-se pronto a atender o pedido de auxílio das autoridades haitianas. Juntamente com a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), a Embaixada realizou ao longo de 2020 importantes e significativas doações de material hospitalar e de proteção, bem como de testes de diagnóstico da doença.

O governo brasileiro, no contexto dos esforços internacionais para combate à pandemia do novo coronavírus, realizou doação para fortalecer a resposta do governo haitiano à covid-19. Os itens adquiridos pelo Programa Mundial de Alimentos (PMA), com os recursos brasileiros, incluem 20 mil máscaras FFP2/N95; 10 mil vestes de proteção; 56 mil luvas de nitrilo; e 6 mil “face shields”.

Além da doação concretizada com apoio do PMA, o governo brasileiro promoveu a realocação de recursos da ordem de US\$ 2,4 milhões no âmbito de projeto de assistência. Em agosto de 2020, com apoio do Escritório das Nações Unidas de Serviços para Projetos (UNOPS), foram entregues US\$ 400 mil em equipamentos de proteção, além de US\$ 100 mil em peças de manutenção para ambulâncias do Centre Ambulancier National (CAN), estruturado com recursos brasileiros.

Em 2021, o Brasil doou amostras de “kits” de amplificação de testes para detecção do Covid-19 e, em março, foi organizada missão oficial do Ministério da Saúde ao Haiti, em seguida à doação de 30 mil unidades de insumos de amplificação para teste RT-PCR (sem os kits de coleta e extração).

Cooperação humanitária

Após a passagem do furacão Matthew no Haiti, em 2016, o governo brasileiro contribuiu com US\$ 400 mil à FAO. A contribuição brasileira destinou-se à adoção de medidas emergenciais em apoio ao fortalecimento de mecanismos de resposta a emergências no país, realizadas no âmbito do projeto “*Strengthening Emergency Preparedness and Resilience in Haiti*”. A resposta humanitária do governo brasileiro também incluiu a doação de filtros e reservatórios de água, assim como a entrega de vacinas contra cólera.

A reação do Brasil ao terremoto de agosto de 2021

Terremoto de magnitude 7.2 atingiu o Haiti por volta das 8:30 da manhã de 14 de agosto de 2021, com epicentro na região sudoeste do país. O abalo teve epicentro a cerca de 150 Km ao sudoeste de Porto Príncipe, com profundidade de 10 Km. Entre as cidades mais atingidas estão Jérémie, Jacmel, Les Cayes e Salines.

A avaliação da Defesa Civil do Haiti é de que o desastre tenha causado mais de 2.200 vítimas fatais, bem como a destruição ou avaria de cerca de 120 mil edificações, entre habitações, escolas, hospitais, igrejas e prédios públicos, com um total de 600 mil pessoas atingidas.

A Embaixada tomou providências imediatas no sentido de contatar diretamente 21 dos 52 brasileiros registrados na lista de matrícula consular. Todos confirmaram estar ilesos, e informaram que não pretendiam deixar o país no curto prazo. Indiretamente, a Embaixada obteve notícias de outros 12 brasileiros, seis dos quais missionárias religiosas sediadas em Jérémie, uma das regiões mais afetadas. Todas as informações deram conta de que estariam em boas condições.

Em vista do apelo do governo haitiano de ajuda internacional para as vítimas na região mais atingida pelo terremoto, foi realizada, em 16/08/21, por iniciativa da ABC, a IV Reunião Extraordinária do Grupo de Trabalho Interministerial sobre Cooperação Humanitária Internacional do Brasil, para avaliar a resposta brasileira. A Embaixada fez-se presente à reunião, que se realizou por teleconferência.

Em seguida, o Governo brasileiro decidiu, no mais alto nível, enviar missão humanitária multidisciplinar, transportada por aeronave cargueira KC-390 Millenium, da Força Aérea Brasileira. Trinta e dois bombeiros e um representante do Ministério do Desenvolvimento Regional partiram de Brasília, em 22 de agosto, acompanhados por carga de cerca de sete toneladas de materiais e equipamentos de emergência, além de 3,5 toneladas de medicamentos e insumos estratégicos do Ministério da Saúde. A equipe incorporou pessoal com a experiência adquirida na missão humanitária brasileira enviada a Moçambique, em 2019, para auxiliar no pós-desastre da passagem dos ciclones Idai e Kenneth sobre aquele país.

A missão trouxe também kits de medicamentos e insumos estratégicos para a assistência farmacêutica emergencial, doados pelo Ministério da Saúde, com capacidade de atendimento de até dez mil pessoas por um mês. A organização logística local da missão, realizada pela Embaixada com o apoio da ABC, superou desafios de transporte terrestre e segurança para os deslocamentos, e garantiu a coordenação com as autoridades locais e com as demais equipes de assistência humanitária que atenderam à emergência.

Em 12 de setembro de 2021, a missão deixou o solo haitiano tendo cumprido seus objetivos. A aeronave que foi a Porto Príncipe para realizar o transporte dos socorristas brasileiros trouxe carregamento adicional de ajuda humanitária, contendo, em um total aproximado de 5 toneladas de peso e 16,5 m3 de volume:

- 1.500 sabonetes infantis;
- 51 purificadores de água, com materiais de reposição, kits voltaicos e painéis solares; mais 2 kits voltaicos e painéis solares adicionais (doados pelo fabricante);
- Três kits de medicamentos e insumos para emergência em saúde, com capacidade de atendimento de até dez mil pessoas, cada, por um mês;
- 405 kg de alimentos básicos;

- 980 kg de alimentos básicos, medicamentos, materiais de limpeza e de higiene e bens de primeira necessidade, angariados no Estado de Pernambuco;
- 16.632 sopas desidratadas.

Foi realizada também missão consular itinerante aos departamentos de Sud, Nippes e Grand`Anse, pelo período de quatro dias. O consulado itinerante verificou, in loco, as condições de vida dos brasileiros na região, proveu o atendimento de necessidades básicas dos brasileiros, realizou trabalho de renovação e emissão de documentos consulares e de informação e orientação sobre as funções consulares e as possibilidades de assistência em geral. A missão consular também distribuiu aos brasileiros conjuntos de cestas básicas, kits básicos de medicamentos, cobertores e produtos de higiene.

COOPERAÇÃO COM AS NAÇÕES UNIDAS

MINUSTAH

A *Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti* (MINUSTAH), missão militar da ONU criada pela Resolução nº 1542, de 30/4/2004, do Conselho de Segurança, com base no Capítulo VII da Carta da ONU, teve como objetivo principal restaurar a ordem e pacificar o Haiti, que, após os incidentes de fevereiro de 2004, vivia um estado de quase guerra civil.

O Brasil foi o maior contribuinte de tropas da MINUSTAH, havendo aportado 26 contingentes militares, com um total de 37 mil soldados. Ao Brasil coube o comando militar da missão durante os 13 anos de permanência no país, fato inédito na história das operações de paz das Nações Unidas.

Em abril de 2017, o Conselho de Segurança das Nações Unidas adotou a resolução 2.350, que estendeu por seis meses o mandato da MINUSTAH e estabeleceu a implementação, a partir de outubro daquele ano, de nova operação de manutenção da paz no país: a *Missão das Nações Unidas para o Apoio à Justiça no Haiti* (MINUJUSTH). A missão foi composta apenas por civis e unidades de polícia, com mandato concentrado no fortalecimento do estado de direito, no desenvolvimento da Polícia Nacional do Haiti (PNH) e no monitoramento e análise dos direitos humanos no país.

Histórico da liderança brasileira da MINUSTAH

O Brasil teve o maior contingente militar no país desde o início da Missão da ONU, em números que variaram e que chegaram a 2.400, de um total de 7.000 soldados internacionais, após o terremoto de 2010. O Brasil sempre manteve a liderança dessas tropas, cabendo ao Exército Brasileiro a direção do seu componente militar, e a um general do Brasil a posição de comandante da força. Mais da metade de seus integrantes eram do Brasil, Argentina, Bolívia, Chile, El Salvador, Equador, Guatemala, Honduras, Paraguai, Peru e Uruguai.

Nesse contexto, o Brasil adotou estratégia de ação baseada em 1) apoio à população local; 2) ações sociais; 3) patrulhas a pé; 4) ações de inteligência; 5) uso mínimo da força. Essa linha de ação contribuiu para que resultados positivos fossem rapidamente observados, tais como a queda na criminalidade e o controle de territórios antes dominados por gangues. As discussões sobre a saída da MINUSTAH envolveram a capacidade de a Polícia Nacional do Haiti (PNH) assumir o espaço deixado pela saída dos “capacetes azuis” e policiais da ONU.

Em treze anos, mais de 37 mil soldados brasileiros foram enviados ao Haiti. Dezoito morreram no terremoto de 2010, e outros seis morreram por causas diversas. Não há registro de morte de soldados brasileiros em operações militares de patrulhamento de ruas ou em confrontos armados contra gangues, apesar de terem sido expostos a situações de risco extremo.

A participação ativa do Brasil na MINUSTAH teve efeito duradouro no engajamento brasileiro na busca por soluções para os problemas ainda enfrentados pelo país caribenho.

MINUJUSTH

A Missão das Nações Unidas para o Apoio à Justiça no Haiti (MINUJUSTH) tinha mandato para auxiliar o governo haitiano a fortalecer as instituições de estado de direito, continuar a apoiar e a desenvolver as capacidades da Polícia Nacional do Haiti (PNH), bem como monitorar, relatar e analisar a situação de direitos humanos no país.

A primeira Representante Especial do Secretário-Geral das Nações Unidas para a missão foi Susan Page, substituída, interinamente, pelo Representante Especial Adjunto, Mamadou Diallo. Em agosto de 2018, o SGNU, António Guterres, anunciou a nomeação de Helen Meagher La Lime (EUA) como sua Representante Especial para o Haiti e Chefe da MINUJUSTH. Seguindo o modelo da MINUSTAH, a MINUJUSTH conta com o auxílio do Core Group de embaixadores residentes em Porto Príncipe.

O relacionamento do governo haitiano com a MINUJUSTH deteriorou-se após a publicação pela missão, em fevereiro de 2018, de comunicado com menções a casos de corrupção e de violência policial no país. Em resposta, a chancelaria haitiana publicou nota em que acusou a MINUJUSTH de "*ataque à imagem do país*" e a então RESGNU Susan Page de ter ultrapassado os limites do mandato da missão. Além de convocar a Porto Príncipe, para consultas, seu representante junto à ONU, a chancelaria haitiana cancelou a participação do presidente Moïse em evento organizado pelo SGNU. Susan Page foi afastada das funções de RESGNU e substituída, interinamente, por Mamadou Diallo.

Posteriormente, em maio de 2019, por ocasião da visita ao Haiti do Grupo Consultivo *ad hoc* do ECOSOC, constatou-se quadro de deterioração política, econômica e securitária naquele país. Diante desse cenário e com base em reuniões mantidas com autoridades políticas haitianas, o Grupo Consultivo elaborou relatório em que foram tratadas questões relativas à transição da MINUJUSTH para *missão política especial* (BINUH), à incorporação de uma estratégia de desenvolvimento para a nova modalidade de engajamento da ONU e ao fortalecimento das instituições estatais haitianas.

Missão Política Especial (BINUH)

Em junho de 2019, o Conselho de Segurança adotou a resolução 2476, que estabeleceu o *Escritório Integrado das Nações Unidas no Haiti* (BINUH, na sigla em francês). O Escritório, que adquiriu caráter de *missão política especial*, com previsão de duração inicial de doze meses, passou a funcionar a partir de outubro daquele ano, um dia após a conclusão da MINUJUSTH, encerrada pela resolução 2466. O BINUH é chefiado por Helen Meagher La Lime, que já servia, desde 2018, como Representante Especial do SGNU para a MINUJUSTH.

O BINUH foi mandatado a exercer “papel consultivo no nível político” e a desempenhar “bons ofícios”, visando especialmente à promoção da “estabilidade política e da boa governança”, “inclusive no apoio a um diálogo nacional inter-haitiano”. O Escritório foi orientado a assistir o governo haitiano a: i) planejar e organizar eleições livres, justas e transparentes; ii) reforçar a Polícia Nacional Haitiana (PNH); iii) desenvolver abordagem inclusiva para reduzir a violência comunitária; iv) aderir às obrigações internacionais na seara dos direitos humanos; v) melhorar a administração penitenciária; e vi) fortalecer o setor de justiça. O Escritório é composto por unidades relacionadas a: i) política e boa governança; ii) violência comunitária; iii)

polícia e sistema correcional; iv) direitos humanos; v) segurança; e vi) informação pública e gênero.

O estabelecimento do BINUH configura encerramento de um longo ciclo de engajamento das Nações Unidas no Haiti sob a égide do Capítulo VII de sua Carta. No último dia de vigência do mandato da MINUJUSTH, o Conselho de Segurança das Nações Unidas reuniu-se para sessão que marcou o fim do ciclo de quinze anos de operações de manutenção da paz no país. Na ocasião, o Conselho fez recomendações para o BINUH e estabeleceu “benchmarks” para sua atuação.

Após amplo processo de consultas entre o governo haitiano, a MINUJUSTH e o “UN Country Team”, foram estabelecidos seis “benchmarks” e 25 indicadores para a atuação do BINUH, com vistas à construção de “estabilidade sustentável” no país. A nova abordagem, segundo o relatório, “reflete o relacionamento de apoio mútuo entre as vertentes humanitária, de paz e segurança e de desenvolvimento” na missão política especial. Por fim, o relatório reconheceu que a transição de operação de manutenção da paz para a missão política especial desenrola-se em “contexto político de paralisia virtual da maior parte das instituições de Estado, incluindo o parlamento” e de declínio econômico.

O BINUH tem objetivos significativamente menos ambiciosos do que as missões anteriores, com foco exclusivo na prestação de serviços de consultoria e bons ofícios. Trabalha principalmente com instituições do Estado para, dentre outros objetivos, fortalecer a estabilidade política, apoiar o diálogo nacional inter-haitiano inclusivo e o respeito aos direitos humanos.

Mesmo encerrada sua presença militar, o Brasil continuou apoiando o esforço internacional no Haiti e permaneceu engajado com o BINUH.

“Core Group”

A resolução 1542, de 2004, determinou, também, que haveria apoio não apenas à promoção do diálogo e da reconciliação nacional no Haiti, bem como à organização, supervisão e realização das eleições municipais, parlamentares e presidenciais. A resolução previu o estabelecimento de um Core Group, presidido pelo representante especial do Secretário-Geral das Nações Unidas (RESGNUM), como braço político e civil da MINUSTAH, destinado a apoiar e fomentar a pacificação, por meio, *inter alia*, da intermediação de contatos, da persuasão e da promoção do consenso entre as partes políticas. O grupo deliberava e se manifestava publicamente mediante notas à imprensa, sempre com forte repercussão.

Pela relevância de sua presença militar e pela liderança das tropas, o Brasil obteve o direito de participar do Core Group, ao lado de: EUA, Canadá, França, Espanha, OEA, União Europeia, além do próprio RESGNUM.

Em dezembro de 2017, já no âmbito da MINUJUSTH, tomou-se decisão de relançar o “Core Group” como mecanismo de apoio ao mandato da nova missão. A divulgação de notas à imprensa como instrumento de pressão continuaria a ser parte importante da estratégia do grupo. Na ocasião, a então RESGNUM Susan Page circulou mensagem aos membros do grupo encarecendo-os a nele permanecer.

Embora seja independente, o “Core Group” tem atuado em estreita coordenação com o BINUH, buscando mobilizar o capital político de seus membros no sentido de auxiliar a missão da ONU no cumprimento de seus objetivos.

No contexto do grupo, o Brasil tem defendido a busca de soluções haitianas integradas, estruturantes e sustentáveis para os problemas do país, como única maneira de realizar a transição para um sistema político e administrativo livre da dependência internacional, que possa exercer plenamente a soberania em favor do povo haitiano e promover o desenvolvimento econômico e social.

A participação no Core Group deu ao Brasil perfil elevado no contexto das relações exteriores do Haiti, já que o colegiado tem mantido constantes deliberações internas e frequentes contatos nos mais altos níveis da administração e do sistema político haitiano. Confere ao Brasil, também, responsabilidade especial para com o povo do Haiti.

POLÍTICA EXTERNA

A política externa haitiana é pautada por sua condição de país vulnerável, além de sua histórica fragilidade institucional. O país mais populoso do Caribe (mais de 11 milhões de habitantes) é pobre e dependente da ajuda externa para a satisfação de necessidades básicas. Tal perfil ficou mais evidente após o terremoto de 2010, que comprometeu a estrutura econômica e institucional. Desde então, a projeção externa do país centra-se, em larga medida, na busca de apoio à reconstrução e na atração de investimentos.

Estados Unidos

Os Estados Unidos são o principal parceiro comercial do Haiti, e a influência estadunidense no país alcançou patamar elevado nos últimos anos. Após congelamento das relações durante o governo provisório de Jocelerme Privert (2016-2017), verificou-se reaproximação ao longo do governo de Jovenel Moïse. Com a normalização das relações, o governo haitiano manifestou sua expectativa de que os EUA renovassem a política migratória especial para cidadãos haitianos, concedida após o terremoto de 2010 e conhecida como “status de proteção temporária” (TPS).

O governo dos Estados Unidos vinha expressando apoio ao presidente Moïse (e, após sua morte, ao governo de Ariel Henry). Em janeiro de 2021, em meio à transição para a nova administração democrata, a política norte-americana para o Haiti baseava-se em três pilares: 1) reconhecimento de que o mandato de Jovenel Moïse deveria estender-se até 2022; 2) críticas ao governo por meio de decretos; e 3) apelo à pronta realização das eleições legislativas, que deveriam ter ocorrido em outubro de 2019.

Em pronunciamento em redes sociais no dia 16/02/2021, no contexto das remoções e nomeações de juízes para a Corte Suprema do Haiti, prisões de opositores e aumento de ataques a jornalistas no Haiti, a Secretária Assistente, interina, para Hemisfério Ocidental do Departamento de Estado, Julie Chung, afirmou que “os EUA não ficarão calados quando as instituições democráticas e a sociedade civil forem atacadas” e condenou “todas as tentativas de minar a democracia por meio da violência, da supressão das liberdades civis ou da intimidação”. Sobre o considerável atraso na convocação de eleições, Chung asseverou que “eleições livres e justas são o único caminho para restaurar aos haitianos o direito de escolher seus líderes”, tendo instado “todos os partidos a se comprometerem a organizar as já atrasadas eleições legislativas o mais rápido possível”.

A pedido, os EUA enviaram equipe para apoiar os trabalhos de investigação do assassinato de Moïse e ofereceram apoio emergencial ao Haiti no contexto do terremoto de agosto/2021.

Canadá

O Canadá é importante parceiro do Haiti, pelo seu poder econômico, pelos seus projetos de cooperação e porque, assim como os Estados Unidos, acolhe em seu território parte significativa da diáspora haitiana. Ademais, haitianos ameaçados de deportação nos EUA buscam cruzar a fronteira terrestre com o Canadá.

República Dominicana

Haiti e República Dominicana, países que compartilham a ilha Hispaniola (dois terços correspondem a território dominicano e um terço à porção haitiana), mantêm relação marcada pelas diferenças socioeconômicas e pela questão migratória. Vale notar que a República Dominicana atingiu um nível de desenvolvimento e estabilidade política consideravelmente superior ao de seu vizinho. São acentuadas as diferenças quanto à renda per capita e ao desemprego.

Calcula-se a presença, em território dominicano, de contingente de migrantes legais e ilegais haitianos próximo a 1 milhão, a maioria em situação irregular, o que corresponde a 10% da população dominicana. Segundo dados oficiais do governo dominicano, o “*Plan Nacional de Regularización*” alcançou 245 mil haitianos.

Por sentença do Tribunal Constitucional da República Dominicana, de setembro de 2013, não foi reconhecido o “direito à nacionalidade” a filhos de estrangeiros em trânsito ou em situação irregular na República Dominicana, ainda que nascidos em território dominicano, com efeito retroativo a 1929. Desde então, aumentaram as deportações de haitianos.

O Haiti mantém-se como segundo parceiro comercial da República Dominicana, com um intercâmbio comercial “formal” anual da ordem de US\$ 1 bilhão, superado apenas pelos EUA. Em paralelo, nos últimos 15 anos, é estimado crescimento exponencial do contrabando de produtos a partir da República Dominicana.

Venezuela

À época de Hugo Chávez, a Venezuela incluiu o Haiti no programa de venda de petróleo a preços reduzidos (Petrocaribe). Ademais, a Venezuela foi o primeiro país a desembarcar no Haiti com ajuda humanitária após o terremoto de 2010. No entanto, a partir de 2018, o presidente Jovenel Moïse iniciou processo de distanciamento daquele país.

Em junho de 2018, durante a 48ª Assembleia-Geral da OEA, a delegação haitiana se absteve, em votação que buscava suspender a Venezuela daquela Organização. Em janeiro de 2019, o Haiti apoiou na OEA a resolução 1.117 (2.200), adotada em sessão extraordinária do Conselho Permanente, a qual avaliou como ilegítimo o mandato presidencial de Nicolás Maduro. Em 2020, o Haiti passou a integrar o Grupo de Lima.

A mudança no tradicional apoio haitiano ao regime de Maduro tem motivação interna e deriva, sobretudo, da insatisfação que se avoluma com a corrupção e o desvio dos recursos carreados pelo Petrocaribe, de par com a pressão exercida por Washington. Esse quadro dita o delicado malabarismo diplomático do governo haitiano, tendo em conta que a Venezuela figura como credora de parte da dívida externa do Haiti.

Taiwan

O Haiti reconhece o governo de Taiwan. Em 2013, o então chefe do poder executivo de Taiwan, Ma Ying-Jeou, em encontro com o ex-presidente Martelly, anunciou projetos de cooperação e o interesse de Taiwan em investir no setor hoteleiro no sul do Haiti. Foi firmado Memorando de Entendimento que disponibilizou ao Haiti

soma superior a US\$ 4 milhões para a reconstrução de prédios públicos destruídos pelo terremoto de 2010.

Em maio de 2018, o presidente Jovenel Moïse visitou Taiwan para tratar do relacionamento bilateral e da atração de investimentos. A visita aconteceu em momento no qual o reconhecimento de Taiwan pelo Haiti era questionado, sobretudo à luz da recente mudança de posição de países como a República Dominicana, e do potencial identificado em eventual estabelecimento de relações com a China continental. A opção haitiana por Taiwan tem perdido popularidade à luz das especulações de que apoio financeiro chinês, da ordem de US\$ 3 bilhões, fora oferecido à República Dominicana.

República Popular da China

A presença da RPC no Haiti tem sido crescente, sobretudo no campo comercial. Do ponto de vista haitiano, a China, com sua enorme capacidade financeira e conhecimento técnico, desponta como potencial parceiro de primeira grandeza para projetos de investimento em infraestrutura e no setor produtivo industrial.

Desde o governo Martelly, a RPC vem-se envolvendo em iniciativas e investimentos de dimensão estratégica neste país, a começar pelo projeto de construção da represa Artibonite 4C. Em outubro de 2016, o governo local assinou acordo com a RPC para a implantação da rede elétrica nacional, parques eólicos e solares no valor de US\$ 1,2 bilhão, bem como projeto de investimento agrícola no valor de US\$ 800 milhões.

A maior aproximação entre os dois países guarda relação, também, com o interesse do governo haitiano em identificar novas fontes de financiamento para substituir o arranjo Petrocaribe.

Espanha

As relações entre Haiti e Espanha experimentaram notável intensificação nas últimas duas décadas, com foco na cooperação para o desenvolvimento. O caráter da atuação espanhola é atrelado a seu perfil como principal doador europeu. Não obstante, as relações econômicas hispano-haitianas são modestas. Devido à baixa atratividade ou limitações conjunturais do mercado interno haitiano, a Espanha percebe o Haiti como possível plataforma de exportação para outros países do Caribe ou para os Estados Unidos, com o benefício da isenção de impostos para exportação de têxteis. Pouco significativo, o comércio bilateral alcançou recorde histórico de fluxo comercial em 2016, quando a Espanha exportou € 26,6 milhões e importou € 6,7 milhões do Haiti.

França

Em dezembro de 2017, durante visita de trabalho do presidente Jovenel Moïse à França, o país europeu qualificou o Haiti como “parceiro prioritário” e anunciou financiamento adicional de US\$ 30 milhões para o Haiti por meio do mecanismo “Fundo Verde”, estabelecido pelo Acordo de Paris. A França possui importante Instituto Cultural em Porto Príncipe e uma Aliança Francesa em Jérémie e busca preservar, no Haiti, o idioma francês e a “francofonia”.

União Europeia

A política da UE para o Haiti tem como elemento central as ações de ajuda humanitária e de cooperação. No campo humanitário, o bloco tem manifestado preocupação com a situação de milhares de pessoas que continuam a viver em condições difíceis, ainda em consequência do terremoto de janeiro de 2010. Por ocasião de conferência internacional realizada em Nova York para a reconstrução do Haiti, em março de 2010, a UE e os estados membros empenharam mais de € 1,2 bilhão para o país. Na esfera dos projetos de desenvolvimento de longo prazo, a UE assinou com o governo haitiano programa de cooperação para o período 2014-2020, no valor de € 420 milhões, que beneficia as áreas de ordenamento urbano, educação e reforma da administração.

Assim como países individuais da UE, o Bloco mobilizou ajuda humanitária adicional para o Haiti por ocasião do terremoto de agosto/2021.

África

Apesar dos laços históricos e culturais, as relações com países africanos não têm atingido o potencial esperado. O Haiti já contou com duas embaixadas na África, uma em Cotonou (Benin) e outra em Pretória (África do Sul), com cumulatividade nos demais países com os quais o Haiti mantém relações diplomáticas. A crise econômica e a situação de instabilidade política no país dificultam a adoção de medidas capazes de promover maior aproximação com os países africanos, com os quais o Haiti poderia priorizar uma agenda de negócios, comércio e investimentos em detrimento do assistencialismo internacional.

CARICOM

Com cerca de 11 milhões de habitantes, o Haiti é o membro mais populoso da Comunidade do Caribe: responde por mais de 60% do total da população do bloco. O país é membro da CARICOM há 16 anos, mas ainda não ratificou a maioria dos acordos considerados imprescindíveis para a plena participação da Comunidade, segundo determinado no Tratado Revisado de Chaguaramas, assinado em 2001, que estabeleceu a Comunidade do Caribe (CARICOM) e o Mercado Comum e Econômico (CSME). Com isso, o país limita-se a ter participação lateral em debates sobre o aprofundamento da integração regional, e ainda é visto com desconfiança pelos demais, sobretudo no que se refere a questões migratórias.

O processo de adesão à CARICOM teve início em 1997, ainda durante o primeiro mandato do presidente René Préval, e culminou na elevação do país à categoria de membro pleno em 2002. Em 2004, em reação à destituição do então presidente Jean-Bertrand Aristide, o país foi suspenso da comunidade, tendo sido readmitido em 2006.

Organismos multilaterais e cooperação internacional

Desde que se libertou do domínio colonial francês, o Haiti assumiu pesada “dívida de independência” e sofreu diversas intervenções estrangeiras, instabilidade política interna e desastres naturais de grandes proporções. A despeito do auxílio internacional para reagir a desastres, o Haiti continua a apresentar resiliência muito baixa a catástrofes naturais, que decorre, em particular, dos altíssimos índices de

pobreza, da degradação ambiental e das carências materiais e institucionais do estado haitiano.

Após o terremoto de 2010, credores internacionais cancelaram a dívida do Haiti e foram destinados recursos de países estrangeiros e organismos multilaterais em valor estimado em mais de US\$ 13 bilhões. Diante da ausência de progressos substantivos no desenvolvimento do país, a ajuda externa tem registrado queda expressiva, o que denota certa “fadiga da comunidade internacional”.

O governo haitiano vem advogando a mudança de paradigma na cooperação internacional prestada ao país, de forma a que os interlocutores locais ganhem maior autonomia na gestão dos recursos recebidos. Sem singularizar países específicos, o presidente Jovenel Moïse qualificava como ineficazes os projetos desenvolvidos com o apoio da cooperação internacional no Haiti. Segundo ele, os recursos recebidos desde o terremoto de 2010 não se teriam refletido em melhoras concretas na realidade da população haitiana, que segue enfrentando os piores índices de desenvolvimento humano da região.

ECONOMIA

O crescimento econômico haitiano é limitado pela pobreza de sua população, pela fragilidade institucional, pela vulnerabilidade a desastres naturais, pela baixa qualificação da mão-de-obra e pelo difícil acesso à energia elétrica. As principais indústrias locais são: açucareira (refino), moageira (farinha), montagem leve e têxtil. O setor agrícola produz, principalmente, arroz, cacau, café, cana-de-açúcar e manga.

Panorama econômico

A economia haitiana enfrenta situação crônica de baixo crescimento, inflação, queda nos índices de investimento e aumento do endividamento externo. Dados oficiais apontam para retração do PIB em 2020, no contexto da pandemia do Covid-19, que, entre outras medidas restritivas, levou à redução na produção têxtil e à suspensão temporária do tráfego internacional de passageiros.

O déficit comercial é estrutural, dada a dependência de produtos importados, principalmente combustíveis (23% da pauta), manufaturados (22%) e alimentos (21%). Nesse contexto, teme-se que a abrupta apreciação da moeda local, a *gourde*, que se valorizou significativamente em relação ao dólar estadunidense em 2020, afete severamente o setor produtivo local. Estimativas da ONU apontam que as restrições associadas à pandemia implicaram contração da atividade econômica, aumento da pobreza e agravamento da insegurança alimentar.

Com um produto nacional bruto de US\$19,704 bilhões (PPP, 2020), a renda per capita do Haiti é de apenas US\$ 1.728 (PPP, 2020 est.). A situação de insegurança e o contexto sócio-político, bem como seu impacto na produção e no comércio, devem continuar a afetar negativamente a atividade econômica. A produção agrícola, por seu turno, tende a ser afetada pelo esgotamento das escassas reservas durante a entressafra e pelos potenciais impactos negativos da temporada de furacões.

Segundo dados do Banco da República do Haiti (BRH), no segundo trimestre do exercício de 2021, a economia haitiana apresentou desempenho mais frágil do que no trimestre anterior. Embora o aumento de preços tenha aparentemente desacelerado, tal desaceleração pode ser atribuída ao impacto estatístico associado ao forte aumento de preços registrado no ano passado, pela depreciação da *gourde* e expectativas ligadas aos fenômenos "Peyi lòk" e pandêmico. A variação do IPC foi de 14,5% em maio e 16% em abril, ante 17,2% em março de 2021. Além disso, a inflação acumulada no período de outubro de 2020 a maio de 2021 atingiu 5,6%, ante 14,6% no mesmo período do exercício 2019-2020.

No que tange ao setor externo, houve aumento de 21,60% nas importações e de 8,16% nas exportações nos primeiros 7 meses do ano fiscal, em comparação com o mesmo período do ano anterior. A evolução concomitante das importações e exportações gerou expressiva deterioração, de 26,28%, da balança comercial.

As transferências privadas (remessas da diáspora) que constituem a maior fonte de divisas para o país, somaram US\$2,09 bilhões de outubro de 2020 a maio de 2021, um aumento de mais de 40%. No trimestre anterior, por comparação, as remessas haviam recuado 6,3 %.

A atmosfera de incerteza política e securitária tem provocado mais uma vez, no corrente ano, significativa baixa do fluxo de turistas. O Haiti também tenderá a ser

prejudicado por pressões inflacionárias sustentadas, em caso de continuação da tendência de alta dos preços das commodities no mercado internacional, principalmente do petróleo. Nesse quadro, é de se esperar a permanência do círculo vicioso em que o fraco desempenho da economia, ao deteriorar-se ainda mais, continue a ser um importante fator na aguda crise por que passa o país, a qual realimenta o ciclo ao afetar a própria a saúde da economia.

Comércio bilateral Brasil - Haiti

O Brasil exportou para o Haiti, em 2020, um total de 57,3 milhões de dólares, ou 41,1% a mais do que no ano anterior. As importações brasileiras provenientes do Haiti, por seu turno, se retraíram a 1,1 milhão de dólares, ou 50 por cento a menos do que no ano anterior. A corrente de comércio, portanto, foi de 58,4 milhões, 36,4% maior do que em 2019, e o superávit em favor do Brasil foi de 56,2 milhões.

Estes números conferem ao Haiti com uma participação de 0,03% no total das exportações brasileiras. O valor total do comércio é ainda extremamente modesto, e está aquém do potencial real, sobretudo se considerada a demanda do Haiti por alimentos e produtos agrícolas, áreas em que o Brasil é altamente competitivo. A título de exemplo, o Haiti importa cerca de 80 por cento do arroz que consome, mas esse produto não consta da lista dos que o Brasil exporta ao país. A maior parte do arroz haitiano é comprada dos Estados Unidos.

Os materiais de construção e argila, com vendas de 7 milhões de dólares, ocuparam em 2020 o primeiro lugar na lista de produtos exportados pelo Brasil ao Haiti, seguidos de perto pelas carnes e aves, com 6,55 milhões. Barras de ferro ou aço, açúcar, bebidas alcoólicas e outros produtos comestíveis também tiveram participação importante na pauta.

Infraestrutura e indústria

A instabilidade política e o agravamento da insegurança, pelo menos desde 2018, têm afetado a capacidade de o governo assegurar a concretização de investimentos no setor de infraestrutura, sobretudo em áreas como saneamento básico e transporte. Outro complicador é a imprevisibilidade jurídica, tendo em conta não somente a fragilidade do Judiciário, que sofre com recorrentes greves, como também a incerteza fundiária, decorrente da ausência de um registro fiável da posse da terra.

Ainda assim, há perspectiva de licitações relevantes, como aquelas para obras de reconstrução do Palácio Nacional, remodelação do centro da Capital e recuperação da rede de abastecimento de água e de esgotos. Ademais, em 2020, o Banco Mundial liberou linha de crédito para renovação do aeroporto internacional de Porto Príncipe.

Na análise da pauta bilateral de comércio, percebe-se potencial razoável para as exportações brasileiras no setor da construção civil, notadamente para insumos como cerâmicas e material de revestimento; ferragens e madeiras. Há demanda não somente para produtos mais básicos - o que levou a cimenteira mexicana CEMEX a estabelecer sucursal no Haiti - como também para materiais mais sofisticados.

Em país profundamente desigual, mansões de luxo, construídas com revestimentos e equipamentos importados, convivem lado a lado com construções

precárias, em que são utilizados pouco mais que cimento, tijolos e ferragens, sendo comum a verticalização improvisada.

Agronegócio

Tendo em conta que 50% dos alimentos consumidos no país são importados, são positivas as perspectivas para o setor agropecuário brasileiro. Além de arroz, o Haiti importa trigo, milho, carne de aves congeladas, miúdos bovinos congelados e carne suína congelada.

Há alguma presença de produtos brasileiros em supermercados e fornecedores especializados: especialmente alimentos processados (biscoitos e massas), alimentos para animais de estimação e bebidas.

Setor energético

O cenário de adversidade econômica é agravado pela restrição de acesso a recursos ofertados pela Petrocaribe. O tema é importante, ainda, sob o prisma da segurança energética: 75% da geração elétrica do país depende de termelétricas a óleo, entre as quais três centrais térmicas construídas a título de doação pela Venezuela (em Carrefour, Gonaïves e Cap Haïtien), responsáveis por 20% do consumo de energia elétrica no país.

O fornecimento de combustível para o mercado interno é precário, e a falta de gasolina nos postos de combustível é recorrente, mesmo na capital. O Haiti tem enorme déficit energético, e somente cerca de 25% da população tem acesso regular à energia elétrica. A maior parte da população tem acesso à energia, proveniente da queima de biomassa, apenas para cozinhar ou para aquecimento.

A segunda principal fonte de energia decorre da queima de combustíveis fósseis (querosene), altamente poluente, usados para a maior parte da produção de energia elétrica (85%) e no transporte. Fontes renováveis aparecem somente em terceiro plano: a hidroenergia, por exemplo, apesar do potencial hidrelétrico do Haiti, responde por menos de 10% da energia elétrica produzida.

Grande parte energia elétrica produzida no país é perdida devido à baixa capacidade de distribuição e ao desvio ilegal de energia, não havendo uma rede de distribuição nacional. Aproximadamente 75% da rede elétrica instalada do país encontra-se na capital, Porto Príncipe, que tem uma taxa de eletrificação de 40%, contra cerca de 5% nas áreas rurais.

Uma das principais promessas de campanha do presidente Jovenel Moïse era a ampliação da cobertura e do fornecimento regular (hoje limitado a menos de quatro horas por dia) do sistema público de energia. Em 2020, foi aprovado, por decreto, acordo com Taiwan, para crédito de US\$ 150 milhões, a serem empregados na reestruturação da rede de transmissão e na remodelação de usinas.

Os contratos com fornecedores locais de energia termelétrica vêm sendo revisados e antigos concessionários vêm sendo paulatinamente substituídos. O governo já anunciou ter negociado, com a General Electric, contrato de US\$ 57 milhões para reestruturação de centrais elétricas anteriormente operadas pela empresa haitiana SOGENER. Aguarda-se lançamento de licitações para as centrais termelétricas restantes, bem como para a remodelação da principal usina hidrelétrica do país, sobre o

Rio Artibonite, cuja capacidade de geração, em razão de falhas técnicas, não chega a 50% daquela originalmente instalada, de 51 MW.

Câmbio

Após três anos de marcada depreciação - estimada em cerca de 50% desde 2017, quando iniciou o mandato do presidente Moïse -, a *gourde haitiana* (HTG) registrou surpreendente valorização em 2020. A súbita inversão da trajetória da moeda haitiana não decorreu de melhora dos indicadores econômicos, e sim da vulnerabilidade à especulação e da falta de regulação do setor financeiro local.

Tendo em conta a dolarização da economia haitiana - estima-se que 68% dos depósitos sejam em dólares -, foram prejudicados aqueles que mantêm poupança nessa divisa, tradicional refúgio das oscilações da moeda local. Também foram afetados negativamente aqueles que dependem de remessas da diáspora - responsáveis, até 2019, por cerca de 30% do PIB -, o setor exportador, sobretudo as maquilas têxteis, e a produção local em geral, pouco competitiva ante a concorrência estrangeira.

A taxa de câmbio voltou a sofrer desvalorização em 2021, passando de 80,32 gourdes por dólar americano, em março, para 90,67 gourdes por dólar americano em junho último (queda de 12,9%). Pressionou a baixa da gourde o fortalecimento da demanda de importações, aliado a expectativas negativas dos agentes econômicos, associadas à deterioração do clima de segurança.

Desastres naturais

A economia haitiana ainda sofre efeitos do terremoto de 2010, que causou a morte de 220.000 haitianos e desalojou mais de 1,5 milhão de pessoas e cujas perdas foram calculadas em 120% do PIB, ampliando o quadro de dependência do país em relação à assistência internacional e às remessas dos emigrantes. Posteriormente, em 2016, a passagem do furacão Matthew pelo sul do país, seguida por intensas chuvas, causou danos equivalentes a 32% do PIB, deixou cerca de 900 mortos, danificou mais de 80% das residências e destruiu 80% das culturas de subsistência, impactando o quadro de insegurança alimentar da população carente. O terremoto de 2021 atingiu a mesma região sul, causando mais de 2.200 vítimas fatais, bem como a destruição ou avaria de cerca de 120 mil edificações, entre habitações, escolas, hospitais, igrejas e prédios públicos, com um total de 600 mil pessoas atingidas.

Acordos comerciais

Membro desde 2002 da Comunidade do Caribe, o Haiti ainda não internalizou nenhum dos instrumentos que permitirão o acesso, em condições preferenciais, ao Mercado e Economia Comuns do Caribe (CSME, na sigla em inglês), negociado pelos países da CARICOM. Embora carências de infraestrutura e de competitividade coloquem em dúvida a efetividade da liberação comercial, avalia-se que haveria potencial para a atração de investimentos e de promoção do turismo. O atendimento da demanda interna depende largamente de importações, sobretudo de alimentos, e o país padece de recorrentes déficits na balança comercial.

MAPA



DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	República do Haiti
GENTÍLICO	Haitiano
CAPITAL	Porto Príncipe
ÁREA	27.800 km²
POPULAÇÃO	11.067.777
IDIOMA	Francês e creole (ambos oficiais)
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Católica (80%), Protestantes (16%) (metade da população pratica vodu)
SISTEMA POLÍTICO	República Presidencialista com Primeiro-Ministro
CHEFE DE ESTADO	Presidente Ariel Henry (interino)
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro Ariel Henry
CHANCELER	Claude Joseph
PIB (ANO 2019)	US\$ 8,49 bilhões
PIB PPP (ANO 2017)	US\$ 19,88 bilhões (Brasil: US\$ 3,217 trilhões)
PIB per capita (ANO 2017)	US\$ 719 (Brasil: US\$ 10.309)
PIB PPP per capita (ANO 2017)	US\$ 1.819 (Brasil: US\$ 15.646)
CRESCIMENTO DO PIB	1,0% (2017); 1,4% (2016); 1,2% (2015);
UNIDADE MONETÁRIA	Gourde haitiano
IDH	0,493 / 163ª posição (Brasil: 0,754 / 79º lugar)
ÍNDICE ALFABETIZAÇÃO (2015)	48,7% (Brasil: 91,3%)
EXPECTATIVA DE VIDA (2015)	62,8 anos (Brasil: 78,3 anos)
EMBAIXADOR EM PORTO PRÍNCIPE	Marcelo Baumbach
EMBAIXADORA EM BRASÍLIA	Rachel Coupaud (20/01/2021)

Intercâmbio Bilateral (US\$ Milhões FOB) - Fonte: Ministério da Economia

Brasil → Haiti	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Corrente	52,5 (-0,2%)	38,8 (- 26%)	38,9 (+0,3 %)	40,3 (+3,5 %)	69,2 (+71,7 %)	47,67 (- 31%)	42,8 (- 10%)	58,4 (+36%)
Exportações	51,8 (-0,2%)	37,53 (- 27,6%)	37,7 (+0,6 %)	39,7 (+5,2 %)	68,0 (+71,4 %)	46,26 (- 32%)	40,6 (- 12%)	57,3 (+41%)
Importações	0,7 (-0,1%)	1,27 (+72 %)	1,2 (- 7,3%)	0,6 (- 51,4%)	1,1 (+95%)	1,41 (+26,8 %)	2,2 (+56%)	1,1 (-50%)
Saldo	51,1 (-0,2%)	36 (- 29%)	36,5 (+0,8 %)	39,1 (+7%)	67 (+71,3 %)	44,85 (- 33%)	38,4 (- 14,5%)	56,2 (+46%)

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

Cronologia das relações bilaterais

- 2017** – Visita do ministro das Relações Exteriores, Aloysio Nunes, a Porto Príncipe, no contexto do encerramento da MINUSTAH (Porto Príncipe, 2 e 3 de junho)
- 2014** – Visita ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros e Culto do Haiti, Embaixador Duly Brutus (Brasília, 2 de junho)
- 2014** – Inauguração do Hospital Comunitário de *Bon Repos* e do Instituto Haitiano de Reabilitação (maio)
- 2013** – Visita do Ministro das Relações Exteriores, Luiz Alberto Figueiredo Machado, a Porto Príncipe (27 de novembro)
- 2013** – Visita oficial do primeiro-ministro do Haiti, Laurent Lamothe, ao Brasil, onde cumpre agenda em Brasília, São Paulo e Rio de Janeiro (20 a 25 de maio) [Atos adotados]
- 2012** – Visita da presidente Dilma Rousseff ao Haiti (1º de fevereiro)
- 2011** – Visita ao Brasil da Primeira-Dama do Haiti, Sophia Martelly (13 e 14 de outubro)
- 2011** – Visita do Ministro das Relações Exteriores, Antonio de Aguiar Patriota, ao Haiti (11 de julho)
- 2011** – Visita do Ministro Antonio de Aguiar Patriota ao Haiti (Porto Príncipe, 12 e 13 de fevereiro)
- 2010** – Contribuição financeira do Brasil ao Fundo de Reconstrução do Haiti (FRH), no montante de US\$ 55 milhões (maio)
- 2010** – Participação do residente René Préval na I Cúpula Brasil – CARICOM (abril)
- 2008** – Visita do presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Porto Príncipe (maio)
- 2004** – Estabelecimento da Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti (MINUSTAH), sob comando do Brasil (abril)
- 1982** – Visita do ministro das Relações Exteriores do Haiti, Jean Robert Estimé, a Brasília [Assinatura de Acordo de Cooperação Técnica bilateral]
- 1928** – Estabelecimento de relações diplomáticas

LISTA DE ACORDOS BILATERAIS

Título do Acordo	Data da Celebração	Status	Dt. Promulg
Protocolo de Intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Haiti sobre a Cooperação Técnica em Matéria de Formação Profissional	09/11/2016	Em Vigor	18/11/2016
Ajuste Complementar ao ``Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Haiti `` para Regular o Projeto de Fortalecimento Institucional em Engenharia Militar	29/05/2014	Em Vigor	02/04/2015
Carta De Intenções Entre O Governo Da República Federativa Do Brasil E O Governo Da República Do Haiti	21/05/2013	Em Vigor	
Memorando de Entendimento entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cultos da República do Haiti sobre Cooperação em Formação de Diplomatas	21/05/2013	Em Vigor	01/07/2016
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Haiti para Implementação do Projeto ``Capacitação para a Elaboração de Políticas Públicas de Museus por meio da Reconstrução do Museu de Arte Haitiana do Colégio de Saint-Pierre``	29/09/2010	Em Vigor	18/11/2010
Ajuste Complementar ao Acordo Basico de Cooperação Tecnica e Cientifica entre o Governo da Republica Federativa do Brasil e o Governo da Republica do Haiti para Implementação do Projeto ``Capacitação, Modernização e Ampliação da Capacidade Operacional do Laboratório do Centro de Saude Lucelia Bontemps, em La Plaine - Haiti``	29/09/2010	Em Vigor	18/11/2010
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Haiti para Implementação do Projeto “Fortalecimento Institucional em Defesa Civil”	29/09/2010	Em Vigor	18/11/2010
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Haiti para Implementação dom Projeto “Manejo e Reconstituição da Cobertura Vegetal da Bacia do Mapou, Haiti: Segunda Fase”	29/09/2010	Em Vigor	18/11/2010

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Haiti para Implementação do Projeto “Instituto Haiti-Brasil de Reabilitação de Pessoas com Deficiência”	29/09/2010	Em Vigor	
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Haiti para Implementação do Projeto “Fortalecimento da Capacidade Política e Institucional de Agentes Governamentais e Não-Governamentais do Haiti para Promoção e Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência”	29/09/2010	Em Vigor	18/11/2010
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Haiti para Implementação do Projeto “Programa de Capacitação em Reabilitação de Pessoas com Deficiência”	29/09/2010	Em Vigor	18/11/2010
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Haiti para Implementação do Projeto “Fortalecimento Institucional do Sistema Judiciário da República do Haiti”	29/09/2010	Em Vigor	18/11/2010
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Haiti para Implementação do Projeto “Apoio à Implantação de Banco de Leite Humano no Haiti”	29/09/2010	Em Vigor	18/11/2010
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Haiti para Implementação do Projeto “Capacitação Técnica para Formação de Instrutores de Táticas Defensivas: Defesa Pessoal Policial”	29/09/2010	Em Vigor	18/11/2010
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Haiti para Implementação do Projeto “Inserção Social pela Prática Esportiva em Futebol”	20/09/2010	Em Vigor	24/01/2011
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Haiti para Implementação do “Projeto de Criação do Centro de Formação Profissional no Domínio do Comércio e dos Serviços”	26/04/2010	Em Vigor	18/11/2010

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Haiti para Implementação do Projeto “Estudo para a Promoção de Ações de Fortalecimento da Agricultura Familiar e da Segurança Alimentar e Nutricional”	25/02/2010	Em Vigor	29/03/2010
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Haiti para Implementação do Projeto “Construção de Cisternas para Captação e Armazenamento de Água de Chuva no Haiti”	25/02/2010	Em Vigor	29/03/2010
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Haiti para Implementação do Projeto “Modernização e Fortalecimento do Centro-Piloto de Formação Profissional Brasil-Haiti”	25/02/2010	Em Vigor	29/03/2010
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Haiti para a Reconstrução, o Fortalecimento e a Recomposição do Sistema de Educação Superior do Haiti	25/02/2010	Em Vigor	30/03/2010
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Haiti para Implementação do Projeto “Formação de Multiplicadores em Técnicas Policiais”	22/10/2009	Em Vigor	
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Brasil e o Haiti para Implementação do Programa Estratégico 2008-2010 nas Áreas de Segurança Alimentar e Agricultura	08/12/2008	Em Vigor	07/01/2009
Acordo de Cooperação entre o Brasil e o Haiti para a Elaboração e a Implementação de um Programa Estratégico de Cooperação Técnica para o Período 2008-2010 nas Áreas de Segurança Alimentar e de Agricultura	28/05/2008	Em Vigor	11/07/2008
Acordo de Cooperação Técnica no Setor Educacional entre o Brasil e o Haiti	28/05/2008	Expirado	11/07/2008
Acordo entre o Brasil e o Haiti sobre Isenção Recíproca de Vistos Para os Titulares de Passaportes Diplomáticos, Oficiais ou de Serviço	28/05/2008	Em Vigor	11/07/2008
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Brasil e o Haiti para Implementação do Projeto “Promoção da Produção Sustentável de Hortaliças na Região de Kenscoff, Haiti”	28/05/2008	Em Vigor	11/07/2008

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Brasil e o Haiti para Implementação do Projeto “Combate à Violência contra as Mulheres no Haiti”	28/05/2008	Em Vigor	11/07/2008
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica para Implementação do Projeto "Construção de Cisternas Familiares e Validação Social de Cultivares de Hortaliças no Haiti"	30/11/2006	Em Vigor	07/02/2007
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Haiti para Implementação do Projeto "Manejo e Reconstituição da Cobertura Vegetal da Bacia do Mapou, Haiti"	30/11/2006	Em Vigor	07/02/2007
Protocolo de Intenções entre o Brasil e o Haiti sobre Cooperação Técnica na Área de Técnicas de Produção e Uso de Etanol Combustível	23/05/2006	Em Vigor	02/06/2006
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Brasil e o Haiti para Implementar o Projeto "Inserção Social pela Prática Esportiva "	23/05/2006	Em Vigor	02/06/2006
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Brasil e o Haiti para Implementar o Projeto "Aprimoramento do Programa Haitiano de Imunizações"	23/05/2006	Em Vigor	02/06/2006
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica para a Implementação do Projeto Transferência de Tecnologias em Sistema de Produção e Processamento de Caju para o Haiti.	20/12/2004	Em Vigor	25/02/2005
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Haiti para a Implementação do Projeto Desenvolvimento da Cultura da Mandioca no Haiti.	20/12/2004	Em Vigor	25/02/2005
Comunicado Conjunto	18/08/2004	Em Vigor	
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Haiti sobre a Criação da Comissão Mista Brasil-Haiti	14/09/1984	Em Vigor	06/12/1984
Protocolo de Intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Haiti para o Desenvolvimento de Programas de Cooperação nas Áreas de Energia e Mineração	26/09/1983	Em Vigor	
Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Haiti	15/10/1982	Em Vigor	25/11/2004

Convênio de Intercâmbio Cultural entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e Governo da República do Haiti	05/07/1966	Em Vigor	11/06/1973
Acordo Administrativo entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e Governo da República do Haiti para a Troca de Correspondência Oficial em Malas Diplomáticas Especiais por Via Aérea.	23/05/1951	Em Vigor	20/06/1951
Acordo Administrativo entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e Governo da República do Haiti para a Troca de Correspondência Oficial em Malas Diplomáticas, por Via Comum	19/03/1951	Em Vigor	03/08/1951
Convenção de Arbitramento entre os Estados Unidos do Brasil e a República do Haiti.	25/04/1910	Em Vigor	